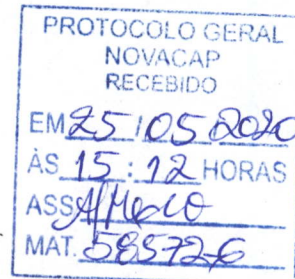


**À ILUSTRE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (ASCAL/PRES-NOVACAP)**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019-ASCAL/PRES.**

**PROCESSO-SEI Nº 00110-00002073/2019-71 SODF**



**C.Q.O – CONSTRUTORA QUEIROZ OLIVEIRA – LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 06.224.599/0001-23, estabelecida na QND 13 Lote 20, Sala 02, Taguatinga, Brasília/DF, CEP 72.120130, telefone(s): 99976-6192, portadora do endereço eletrônico: cqoconstrutora@gmail.com, representada por seu sócio-administrador Felipe Tarquinio Oliveira, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 051.259.641-47, vem, respeitosamente, à presença da exímia autoridade, apresentar:

## RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão que **inabilitou o ora recorrente**, proferida pela NOVACAP (doc.1), pessoa jurídica de direito público distrital, inscrita no CNPJ/MF 00.037.457/0001-70, localizada no Setor de Áreas Públicas, Lote B, CEP 71.215-0000-Brasília -DF, pelos **fatos e fundamentos jurídicos que se seguem**

### 1 - TEMPESTIVIDADE e EFEITO SUSPENSIVO

A decisão de julgamento dos documentos de habilitação foi proferida no dia 19 de fevereiro de 2020. A modalidade de procedimento adotada (tomada de preços) atrai o **lapso temporal de 05 dias úteis para interposição de recurso, a contar da intimação do ato**, conforme art. 109, inciso I, alínea 'a' da Lei 8.666/93, bem como item 11.1 do instrumento convocatório do presente certame. <sup>1</sup>

O **art. 110** do referido diploma legal estabelece que: “**na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário”. Essa mesma regra é exposta no item 23.6 do Edital. **O prazo fatal, portanto, recairá no dia 26/05/2020.**

Nesta senda, plenamente tempestivo se mostra o presente recuso.

<sup>1</sup> Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de: a) habilitação ou inabilitação do licitante;

C.Q.O. Const. Queiroz Oliveira Ltda  
Engº Felipe Tarquinio Oliveira  
CREA 27431/D-DF



Ressalta-se ainda que, o art. 109, §1º, Lei geral de Licitações atribui efeito suspensivo aos recursos em face de decisões que tratem: a) habilitação ou inabilitação do licitante; b) julgamento das propostas. Deste modo, o presente recurso é dotado de **efeito suspensivo automático *ope legis* (decorrente da lei)**.

## 2- FATOS

O presente recurso se funda na decisão de inabilitação do presente certame público visando a contratação pelo Distrito Federal, por meio de sua Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura, de empresa para realizar a **execução dos serviços de revitalização da “Praça do Povo”**, localizada na Quadra 03 do Setor Comercial Sul - SCS, área central de Brasília, **sob o regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, do tipo menor preço, no valor estimado de R\$ 1.597.048,12,**

O presente recurso, portanto, tem escopo de reformar a decisão proferida e assinada pela Comissão permanente, em sede de primeira fase da Tomada de Preços, que **inabilitou a empresa Recorrente, por “não atender o disposto no subitem 6.1.3, letra ‘a’ (não apresentou CRC emitido pela NOVACAP)”**.

Participaram do certame as seguintes empresas: 1 – C.Q.O. CONSTRUTORA QUEIROZ OLIVEIRA LTDA (ora recorrente); 2- PENTAG ENGENHARIA LTDA; 3- CONSTRUTEQ CONSTRUÇÕES TERRAPLANAGENES E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP; 4- SFERAS CONSTRUÇÕES e EMPREENDIMENTOS, 5- VGR SERVIÇOS E CONTRUÇÕES EIRELI; 6- C M L BRAGA CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS. **A decisão ora impugnada inabilitou as empresas 1, 2, 3, 5, 6. Deste modo, a única habilitada foi a empresa SFERAS CONSTRUÇÕES e EMPREENDIMENTOS LTDA.**

**Primeiramente, importa analisar, a seguinte condição de participação de eventuais licitantes interessados no certame. Para tanto, colaciona-se trecho do edital (pg. 03):**

## 4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1** Poderão participar da presente licitação toda e qualquer empresa brasileira que, isoladamente ou em consórcio, que sejam cadastradas na NOVACAP no(s) Grupo(s) e Subgrupo(s) exigido(s) e satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos. As empresas não cadastradas e que tenham interesse em participar desta Tomada de Preços deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a ASCAL/PRES-NOVACAP, até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas observada a necessária qualificação.

**Deste modo, podem participar deste certame, TODA EMPRESA 1- CADASTRADA NA NOVACAP ou 2- QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS até o**

C.Q.O. Const. Queiroz Oliveira Ltda  
Engº Felipe Tarquinio Oliveira  
CREA 27431/D-DF



**terceiro dia anterior ao recebimento das propostas.** Não obstante, a Comissão inabilitou o ora recorrente por supostamente violar o item 6.1, 'a' do edital, *in verbis*:

**6.1.3 - Relativamente à qualificação técnica:**

a) Certificado de Registro Cadastral - CRC emitido pela NOVACAP, em plena validade, em qualquer grupo e qualquer das categorias "a", "b", "c", "d" ou "e".

a.1) Ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior a data de abertura do certame, observada a necessária qualificação.

O recebimento das propostas se deu no dia 30/04/2020, conforme ata de abertura do certame público. Ocorre que seis dias antes, a empresa ora recorrente entregou todas as condições para cadastramento, atendendo os estritos termos do item 6.1.3, alínea 'a'. **Frisa-se que as instruções para a entrega da documentação referente à renovação ou registro do CRC** estão disponíveis no site da NOVACAP, tendo sido estritamente cumpridas nas 82 páginas entregues ao órgão licitante (DOC 1).

Todas as instruções e documentações exigidas, portanto, foram entregues em tempo hábil. Porém, não foram analisadas e a empresa foi desabilitada sem qualquer fundamentação, como se não tivesse cumprido os termos expressos do edital que previa a entrega da documentação necessária ao CRC **três dias antes, conforme a Lei Geral de Licitações.**

Deste modo, não há razões fáticas e jurídicas que fundamentem a inabilitação da empresa ora recorrente, devendo a decisão ser **reconsiderada ou reformada pela autoridade superior.**

### **3- FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

Inicialmente, cabe observar que a Lei 8.666/93 não autoriza o órgão licitante a exigir exclusivamente o Certificado de Registro Cadastral como condição de participação. O CRC pode ser solicitado no edital como opção para a apresentação dos documentos, sendo faculdade do licitante a escolha de apresentar o "CRC" ou "todos os documentos de habilitação".

O art. 22 da Lei 8666/93 é cristalino ao prever a possibilidade de participação de licitantes que **atendem as condições exigidas até o terceiro dia anterior à data da proposta:**

**Art. 22 § 2o** Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento **até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas,** observada a necessária qualificação.

**Além de expressa previsão legal, o edital confirmou tal possibilidade nos itens 4.1 e item 6.1.2, alínea 'a.1'.** O licitante ora recorrente, entregou toda a documentação prevista como condição do certame de forma tempestiva. Deste modo, não há qualquer razão para a sua inabilitação, genérica, sem qualquer

C.Q.O. Const. Queiroz Oliveira Ltda  
Engº Felipe Tarquinio Oliveira  
CREA 277.110-1/DF



modo, não há qualquer razão para a sua inabilitação, genérica, sem qualquer fundamentação, sob alegação de não estar cadastrado.

Extrai-se lição do manual de licitações do **Tribunal de Contas da União (TCU)**:

Não é obrigatório, mas também não é vedado pela legislação. cadastro prévio nas modalidades concorrência, convite ou pregão, nas quais qualquer interessado ou convidado pode participar. Basta, para tanto, apresentar os documentos de habilitação por ocasião da abertura dos envelopes no certame. **Contudo, a Administração não poderá restringir a participação de licitações públicas somente a licitantes previamente cadastrados.**<sup>2</sup>

A INABILITAÇÃO do Recorrente licitante se mostra ainda completamente contrária ao ordenamento jurídico, violando a lei, a jurisprudência dos tribunais, bem como a jurisprudência do TCU.

Colaciona-se o entendimento das cortes de contas acerca da presente lide, todos referenciados com link de disponibilidade em notas de radapé:

(...) uma das distinções da modalidade de licitação Tomada de Preços das outras é, justamente, a existência da habilitação prévia à abertura do procedimento, mediante o cadastramento dos Interessados nos registros cadastrais da Administração. E, para atender ao princípio da competitividade, os não previamente cadastrados têm garantida a possibilidade e se inscreverem até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, contando que satisfaçam as exigências para a devida qualificação. Acórdão 718/2009 Primeira Câmara (Relatório do Ministro Relator)

**É ilegal a exigência, como documento de habilitação, de certificado de registro cadastral (CRC) .** A faculdade legal de apresentação do CRC não pode se converter em obrigação, de forma a restringir a competitividade dos certames ao conjunto de empresas cadastradas (TCU, ACÓRDÃO 2857/2013 – PLENÁRIO, Relator BENJAMIN ZYMLER, Processo 028.552/2009-1)<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Tribunal de Contas da União, **Licitação e Contratos- Orientações e Jurisprudência do TCU, 4ª edição, Rev. Ampliada e atual, 2010**. Pg 455. Disponível em: <

[http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/LIC\\_CONTR/2057620.PDF](http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/LIC_CONTR/2057620.PDF)>

<sup>3</sup> [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/crc%2520/%2520/score%2520desc%252C%2520COLEGIADO%2520asc%252C%2520ANOACORDA)

[selecionada/crc%2520/%2520/score%2520desc%252C%2520COLEGIADO%2520asc%252C%2520ANOACORDA](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/crc%2520/%2520/score%2520desc%252C%2520COLEGIADO%2520asc%252C%2520ANOACORDA)



A exigência de certificado de registro cadastral ou de certidão emitidos pelo ente que conduz a licitação, com exclusão da possibilidade de apresentação de documentação apta a comprovar o cumprimento dos requisitos de habilitação, afronta o comando contido no art. 32 da Lei 8.666/1993. (TCU, Acórdão 2951/2012-Plenário)<sup>4</sup>

Observe, em relação ao cadastramento dos licitantes, a disposição contida no art. 22, parágrafo segundo, da Lei nº 8.666/1993. Discrimine, no parecer emitido após a verificação dos documentos e informações relativos à habilitação (cadastramento): • as restrições eventualmente identificadas; • a base normativa e consequências para fins de contratação, a fim de atender aos princípios da publicidade e do julgamento objetivo, insculpidos no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 301/2005 Plenário<sup>5</sup>

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: (...) II - determinar (...) que efetue as seguintes modificações no Edital de Pregão Presencial nº (...), ou apresente as justificativas que entender pertinentes quanto aos dispositivos abaixo relacionados: (...) c) retire dos requisitos de qualificação técnica a exigência de Certificado de Registro Cadastral – CRC, tendo em vista que, de acordo com o § 3º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, estar inscrito em registro cadastral não constitui obrigação das licitantes; (...). Decisão nº 2852/2012, Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI, (Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)).<sup>6</sup>

As exigências de documentos para efeito de habilitação em certame licitatório não devem exceder os limites fixados nos artigos 27 a 33 da Lei 8.666/1993. (TCU, Acórdão 808/2003-Plenário, Relator BENJAMIN ZYMLERAS).

Não é outro o entendimento dos tribunais:

**PROCESSO Mogi das Cruzes – Licitação – Edital – Habilitação – Alteração dos requisitos no curso do certame – Mandado de segurança – Concessão da ordem – Possibilidade – Reexame necessário: - Prevista em edital a possibilidade de cadastramento da licitante até o terceiro dia anterior à data de recebimento da**

[O%2520desc%252C%2520NUMACORDAO%2520desc/0/sinonimos%253Dtrue?uuid=19b35230-9c5f-11ea-96fb-b9965e79b1d8](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/*?KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-25615/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue)

<sup>4</sup> [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/\\*?KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/*?KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-25615/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue)

[25615/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/*?KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-25615/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue)

<sup>5</sup> [http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/LIC\\_CONTR/2057620.PDF](http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/LIC_CONTR/2057620.PDF), pg. 457.

<sup>6</sup> TCDF- Disponível em: 1

<<https://etcdf.tc.df.gov.br/?a=consultaETCDF&f=formPrincipal&edoc=DE94ACFE>>

C.Q.O. Const. Queiroz Oliveira Ltda  
Engº Felipe Tarquinio Oliveira  
CREA 27431/D-DF



**documentação e das propostas, não pode a Administração Pública alterar a regra no curso** do certame, mormente em razão de sua ineficiência na análise dos documentos. (TJ-SP - REEX: 10125463520158260361 SP 1012546-35.2015.8.26.0361, Relator: Teresa Ramos Marques, Data de Julgamento: 10/10/2016, 10ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 16/10/2016)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. REQUISITOS. ART. 27 DA LEI N.8.666/93. REGISTRO NO SISTEMA UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF. EXIGÊNCIA NÃO CONTEMPLADA PELA LEI DAS LICITAÇÕES. INSTITUIÇÃO POR DECRETO PRESIDENCIAL E PORTARIA DO ÓRGÃO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE. INABILITAÇÃO DA LICITANTE. ILEGALIDADE. **Tendo a licitante apresentado toda a documentação enumerada pelo art. 27 da Lei n. 8.666/93, não pode ser inabilitada em face de ausência de registro no SICAF,** requisito este instituído ilegalmente por decreto presidencial e simples portaria.” (TRF – Primeira Região, Acórdão, Processo: 199701000289593, MG, Terceira Turma Suplementar, 3/10/2001, Relator: JUIZ JULIER SEBASTIÃO DA SILVA)

Ademais, a doutrina reconhece a necessidade de haver uma interpretação mais flexível ao contido no § 2º, do art. 22, da Lei nº 8.666/93. Nesse sentido, Marçal Justen Filho leciona:

‘Tanto mais porque a vontade legislativa é permitir que, após divulgado o edital, eventuais interessados requeiram sua habilitação e venham participar da licitação. Por isso, a melhor interpretação é a de que os interessados em participar deverão apresentar, até três dias antes da data prevista para entrega das propostas, toda a documentação necessária à obtenção do cadastramento’<sup>7</sup>

O jurista, talvez a maior referência de especialista em licitações no Brasil, considera, portanto, que se a repartição cadastrador atrasar os procedimentos para análise do cadastramento, o licitante não pode ser prejudicado e restringido de participar do certame público.

Importante ressaltar que a desabilitação do ora Recorrente, no presente certame licitatório, constitui flagrante violação ao princípio da **proposta mais vantajosa à Administração Pública, insonomia e ampliação da competitividade**, de modo a gerar **inequívoco dano ao erário**. Desabilitar licitante por uma questão arbitrária e que não o diferencia dos demais licitante atenta contra a **proposta mais vantajosa**, ferindo o postulado e objetivo do **dever constitucional de licitar**. **Frisa-se** que um único licitante

<sup>7</sup> (‘Comentários 459 Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU à Lei de Licitações e Contratos Administrativos’, Editora Dialética, 5ª edição, pág. 180).

foi habilitado. Logo, a reconsideração desta decisão de desabilitação do recorrente tornará a licitação minimamente competitiva, em atenção aos princípios e regras que devem reger os certames públicos.

Nesta senda, deve ser dado o mesmo tratamento ao ora recorrente, isto é, este deve ser habilitado conforme os demais licitantes, cumprindo o princípio da proposta mais vantajosa e respeitando o melhor preço.

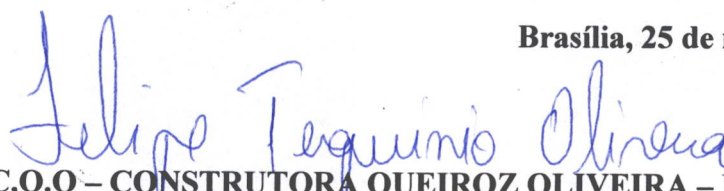
#### **4- PEDIDOS**

Ante o exposto, o recorrente requer que:

- a) Seja recebido e conhecido o presente recurso, sendo-lhe atribuído o efeito suspensivo, conforme **art. 110 da Lei 8.666/93**;
- b) **No mérito, seja reconsiderada decisão da Comissão de Licitação**, reconsiderada, para o **recorrente HABILITADO**, no prazo de **cinco dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93**, de modo a aplicar o mesmo tratamento que foi dado aos demais licitantes, na medida em que a documentação **foi apresentada conforme os estritos termos do edital**;
- c) Caso a decisão não seja reconsiderada, que este recurso seja encaminhado à autoridade superior competente, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93, para ser conhecido e integralmente provido.

**Nestes termos, pede deferimento.**

**Brasília, 25 de maio de 2020.**

  
**C.Q.O – CONSTRUTORA QUEIROZ OLIVEIRA – LTDA**  
06.224.599/0001-23



À Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP

**Referente: Contratação dos Serviços de Revitalização da Praça do Povo, contemplando a Acessibilidade e Paisagismo, as Obras Complementares, Drenagem, Calçadas e Mobiliário Urbano localizado na Quadra 03 do Setor Comercial Sul – SCS, Área Central de Brasília - DF, devidamente especificado no Edital e seus anexos.**

**Ref.: TOMADA DE PREÇOS nº 003 / 2019 - ASCAL/PRES**


Prezado Senhores,

Declaramos que estamos entregando os documentos solicitados nos itens **7.1.1-b e 6.1.3 – a.1**, referente a construção Serviços de Revitalização da Praça do Povo, contemplando a Acessibilidade e Paisagismo, as Obras Complementares, Drenagem, Calçadas e Mobiliário Urbano localizado na Quadra 03 do Setor Comercial Sul – SCS, Área Central de Brasília - DF, devidamente especificado no Edital e seus anexos. Está sendo entregue:

- Documentos de Habilitação com 82 páginas numeradas a próprio punho;

Brasília, 24 de Abril de 2020

Atenciosamente,

  
Felipe Tarquinio Oliveira  
Sócio Administrador

C.Q.O Construtora Queiroz Oliveira Ltda

RECEBIDO  
Data: 24/4/20  
Hora: 13:07  
Ass: [Assinatura]